



CÂMARA DOS DEPUTADOS - 57º LEGISLATURA

GABINETE DO DEPUTADO CARLOS JORDY – PL/RJ

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº (Do Sr. Carlos Jordy)

/2025.

Requer informações ao Ministério do Trabalho e Emprego sobre irregularidades na aplicação de recursos públicos pela ONG IAJA, e providências adotadas.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 70 da Constituição Federal e conforme os artigos 115, 116, 32, inciso XI, 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados requiero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o presente Requerimento de Informação, a fim de que sejam prestados esclarecimentos acerca das irregularidades na aplicação de recursos públicos pela ONG IAJA, e providências adotadas.

Carlos Jordy
Deputado Federal
PL/RJ



Câmara dos Deputados - Gabinete 786 - Anexo III- Brasília - DF - CEP 70160-900

e-mail: dep.carlosjordy@camara.leg.br telefone: (61) 3215-5786

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256957005700>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy

Apresentação: 28/05/2025 17:21:21.620 - CFEC

REQ n.237/2025



CD256957005700



JUSTIFICAÇÃO

Considerando a recente reportagem publicada pelo jornal *Estadão* em 27 de maio de 2025, que aponta diversas irregularidades financeiras envolvendo a ONG Instituto de Articulação da Juventude da Amazônia (IAJA), entidade beneficiária de recursos do Ministério do Trabalho e Emprego para projeto de qualificação profissional de jovens na região de Manaus, este requerimento visa solicitar esclarecimentos detalhados sobre a aplicação desses recursos públicos.

O relatório técnico do Ministério do Trabalho e Emprego aponta que a ONG não cumpriu as exigências de cotação de preços, firmou contratos genéricos que dificultam a fiscalização, e utilizou os recursos de forma irregular, o que levou à recomendação formal da devolução de parte dos valores repassados. Além disso, há denúncias de uso indevido da estrutura da ONG para fins eleitorais, o que agrava ainda mais a gravidade das situações relatadas.

Diante da relevância do tema e da necessidade de garantir a transparência e o correto uso dos recursos públicos destinados a políticas públicas de qualificação profissional, é imprescindível que o Ministério do Trabalho e Emprego esclareça:

- As circunstâncias e a extensão das irregularidades apontadas no relatório;
- As medidas adotadas para apuração e responsabilização dos envolvidos;
- O estágio atual da devolução dos recursos recomendada pela fiscalização;
- As providências para evitar a repetição de irregularidades em convênios futuros.

Reiteramos a importância do controle e fiscalização dos recursos públicos para assegurar a eficiência, a legalidade e a moralidade na gestão pública, em especial no que se refere à promoção da qualificação e do emprego dos jovens brasileiros.

Atenciosamente,





CÂMARA DOS DEPUTADOS - 57º LEGISLATURA

GABINETE DO DEPUTADO CARLOS JORDY – PL/RJ

Sala das Sessões, em de de 2025.

Carlos Jordy
Deputado Federal
PL/RJ

Apresentação: 28/05/2025 17:21:21.620 - CFEC

REQ n.237/2025



Câmara dos Deputados - Gabinete 786 - Anexo III- Brasília - DF - CEP 70160-900

e-mail: dep.carlosjordy@camara.leg.br telefone: (61) 3215-5786

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256957005700>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Jordy



CD256957005700